

A introdução da *Philia* nas relações homoeróticas entre *Erastês* e *Erômenos* nas obras simpólicas de Platão e Xenofonte

Sheila Rigante Romero*

Este artigo almeja compreender como eram demonstrados, no período clássico ateniense, os comportamentos homoeróticos: a pederastia exercia uma função social claramente definida, obrigatória, predeterminada ou até mesmo peculiar? As relações ditas pederásticas se modificaram ou se mantiveram uniformes por toda a Atenas democrática?

Para os estudiosos Sutton (1992) e Shapiro (1992), ao buscarmos uma compreensão a respeito dos comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo na Atenas Clássica, que ocorriam geralmente ao final dos banquetes, é de fundamental importância atentarmos para a relação intrínseca entre amizade (*philia*) e amor (*eros*) observada na ligação entre *erastês* e *erômenos*. Essa união será percebida como uma rede, como um dos fios condutores desta tessitura sócio-histórica.

Na época clássica, esperava-se que todos os cidadãos da *pólis* ateniense fossem *philoí* (amigos) entre si, tanto nas esferas cívica e pública, quanto nas esferas pessoal e privada. Essa regra, tradicional, ao mesmo tempo em que promovia a coesão social, fazia com que os interesses particulares se sobrepusessem aos interesses públicos. As relações de *philia* ao mesmo tempo em que garantiam a reprodução da estrutura *poliade*, por meio de redes de alto grau de coesão social, também causavam conflitos entre: os interesses de amigos *versus* os interesses da *pólis*; os interesses de amigos *versus* os interesses de parentes; os interesses dos amigos *versus* os interesses pessoais e os interesses pessoais *versus* a letra das leis em vigor (THEML, 2005, p. 09-10).

Por essa razão, para os atenienses aristocráticos, como veremos mais adiante, a amizade possuía, principalmente, um caráter político, um ideal de solidariedade entre os cidadãos do grupo ao qual pertenciam. Como nos explica Pizzolato, observamos nesse período que a idéia aristocrática de *philia* trazia em si um forte conteúdo de seletividade o que nos indica a importância dos *áristoi* em se diferenciarem do todo da *pólis*. Isso se tornou mais intenso no período clássico porque indivíduos de outros segmentos sociais, entre eles os metecos ricos, estavam participando da vida política da *pólis* (na ascensão da democracia radical) e, portanto, os aristocratas precisavam se afirmar enquanto um grupo de iguais (PIZZOLATO, 1993, p. 07).

Logo, em nosso entender, os laços de *philia* vinculavam-se a qualquer grupo social e também à comunidade *poliade*. Esses laços ajudavam a manter o bem-estar e a harmonia entre os cidadãos. Verificamos, assim, que amigos eram indispensáveis, por motivos de honra e segurança pessoal. Viver na *pólis* exigia que cada um priorizasse os interesses coletivos em detrimento dos interesses privados e mais, não existia para cada cidadão um outro lugar para se viver que não fosse na sua *pólis*. Daí que, *pólis* e *philia* produziram conflitos em diversos níveis da estrutura social opondo *tó koinón* a *tó ídion* – público *versus* privado (THEML, 2005, p. 10).

Asseveramos, com isso, que a *philia*, por abarcar uma complexa rede de relações pessoais, políticas, econômicas e familiares, ultrapassa a noção de amizade que hoje compartilhamos. A *philia* permitia ao indivíduo um processo de formação pessoal e social

*Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do Laboratório de História Antiga – LHIA/UFRJ.

que o fazia ser reconhecido socialmente e dentro de seu próprio grupo. Ao priorizar a *philia*, observamos que a preservação da ligação entre os indivíduos fortalecia e solidificava a relação de identidade, solidariedade e coerência no seio do grupo. Essas relações certificavam a diferenciação do grupo no âmago da sociedade e a sua contraposição a outros grupos e valores éticos e sociais.

Dessa forma, nos fazemos o seguinte questionamento: sendo a *philia* um elemento de ligação entre o sujeito e sua vida pessoal, política e comunitária, qual a sua função na relação entre *erastês* e *erômenos* observadas nos banquetes atenienses dos séculos V e IV a.C? Como Platão e Xenofonte a entendiam nas relações homoeróticas? Essa teria uma função social ou apenas pessoal?

Os pensadores atenienses ao introduzirem a *philia* como um elemento fundamental na relação homoerótica nos banquetes a valorizavam de modo a torná-la honrada dentro de seus princípios éticos e filosóficos. A *philia*, nas obras *simpóticas*, não se configurava apenas numa relação exclusivamente direcionada aos prazeres corporais e, muito menos, modificava a importância do casamento. Dentro desse campo de raciocínio, devemos considerar que a *philia* denotava-se entre os pensadores como uma espécie de afeição entre o amante e o amado, o que, portanto, reforçava ainda mais sua distinção frente a uma relação voltada exclusivamente ao desejo do corpo (REIS, 2002, p. 82).

Para Reis, a relação entre *erastês* e *erômenos*, discutida por Platão e Xenofonte, permitiu o surgimento da *philia* entre um jovem e um adulto, e a *philia*, por sua vez, não foi investida de valores condenáveis pela democracia, daí tem-se que a valorização das práticas homoeróticas passava por representações idealizadas que propunham determinado nível de identidade ente *eros* homoerótico e *philia*, embora a *philia* entre os *áristoi* fosse encarada de modo diferente do que entre os *dêmoi*, o que valia era a intenção de minimizar os possíveis ataques ao homoerotismo ressaltando os seus aspectos políticos (2002, p. 79).

A relação de *philia* entre os cidadãos atenienses continuava a existir mesmo após o amadurecimento do jovem cidadão, o que nos faz assegurar que ela trazia consigo uma certa estabilidade, que “tornava possível a vida social dos indivíduos, mesmo que no interior de seu próprio grupo” (REIS, 2002, p. 97). Podemos dizer, desse modo, que a *homophilia* foi ao encontro desses interesses ao levar a associação, a união entre os indivíduos, pois se a relação tinha como ponto de partida a diferença de idade, com o passar do tempo buscava estabelecer certa medida entre as partes envolvidas, reequilibrando o processo; o indivíduo passivo tornava-se aos poucos participativo das várias esferas de atividades do grupo, através da interação com outros indivíduos mais velhos e experientes, entre os quais estava o seu *erastês*.

É interessante frisar que ao pensarmos na *philia* como elemento essencial das relações homoeróticas – principalmente entre os pensadores socráticos do período clássico ateniense – não podemos nos referir ao assunto sem nos basearmos nas obras de Platão e Xenofonte sobre os banquetes para compreender a noção de *homophilia*, uma vez que ambos reportaram-se a tais práticas de maneira euforizada e idealizada, como forma de valorização das práticas cotidianas do grupo ao qual pertenciam. É importante lembrar que Platão e Xenofonte eram pensadores aristocratas e que, portanto, defendiam seus costumes num momento em que as práticas homoeróticas foram proibidas – quando da ascensão da democracia –, o que resultou numa censura contra o círculo aristocrático e oligárquico.

Esses pensadores outrossim elaboraram uma crítica ao comportamento da juventude aristocrática de Atenas. Para Platão, os jovens aristocratas faziam do banquete um lugar de descomedimento e não um lugar no qual se deveria praticar o exercício da temperança. Do

mesmo modo que Xenofonte, Platão entendia que os jovens deveriam buscar o controle diante dos três prazeres: comida, bebida e relações sexuais. Por conseguinte, atestamos nas duas obras *simpóticas* a incessante valorização da virtude da temperança. Essa euforização da *sophrosýne* indica que tal virtude era comumente negligenciada, o que levava os escritores em questão a censurar as condutas intemperantes, pois uma *pólis* não poderia ser dirigida por cidadãos que se entregavam apenas aos prazeres carnavais.

Observamos em Platão que o estreitamento da amizade entre os parceiros fazia com que o *eros* homoerótico não se caracterizasse apenas por uma união sexual, mas também, e principalmente, por uma união espiritual. Platão em sua obra procurava constantemente tornar o desejo sexual pelos rapazes em admiração e respeito à alma do amante ou do amado. Concordamos com Reis quando atesta que essa força atrativa em Platão parece estar baseada numa afinidade, numa simpatia “natural” que aos poucos unificava a relação entre *erastês* e *erômenos* e que, por sua vez, aumentava a intimidade entre os parceiros o que os tornava, a cada momento, muito mais familiarizados. Isso nos permite observar o fortalecimento dos vínculos de reciprocidade e de atração entre os iguais.

Xenofonte, por meio das palavras de Sócrates, nos mostra que a relação de reciprocidade entre amado/amante criava a dedicação, a devoção e a preocupação, além da afeição e intimidade entre os companheiros, como podemos observar na seguinte passagem:

Como não é preciso que quem esteja unido por uma amizade comum se vejam com felicidade mútua, que conversem entre si com afeto, experimentem entre eles recíproca confiança, que velem um pelo outro, se comprassem em comum por suas boas ações, se aflijam juntos e lhes sobrevém algum revés, que transcorram o tempo em contínua alegria quando desfrutem de saúde estando juntos e que, se algum dos dois cair enfermo, se reúnam com mais frequência. Com tal conduta passam a vida amando a amizade e desfrutando dela (XENOFONTE, *O Banquete*, VIII, 18-19).

Neyde Theml atenta para a questão da reciprocidade existente entre os parceiros. Em sua opinião, os amigos precisavam ser úteis uns aos outros, deviam cultivar o dar e o receber recíproco. Ela salienta ainda que, no caso da sociedade ateniense clássica, não se tratava de uma forma de relacionamento regulada a partir da prestação de serviços, retribuição de favores ou obrigações de dependência pessoal; quando se fazia um favor a um amigo não se esperava receber algo em troca, mas sim que, em algum outro momento, este amigo também pudesse dar. A conduta de dar e receber reciprocamente entre os parceiros era um elemento tão fundamental na relação entre *erastês* e *erômenos* que Platão recomendava ao *erômenos* (amado) – antes de aceitar um relacionamento mais íntimo – que verificasse se o amante que o cortejava lhe traria (futuramente) os benefícios e vantagens que uma amizade nobre poderia lhe proporcionar (THEML, 1995, p. 139-141). Por essa razão, como podemos verificar no discurso de Pausânias, o filósofo recomendava aos jovens que não concedessem a sua amizade a um “amante popular ou pandêmio” apenas interessado nos prazeres dos belos corpos, que somente oferecia uma amizade passageira, o que não traria ao *erômenos* nenhuma vantagem no futuro. O *erômenos*, assim, deveria resistir às tentativas de conquista vindas do *erastês* o máximo que pudesse:

É desonroso conceder uma afeição indigna a um homem indigno, é nobre conceder uma afeição digna a um homem honrado. E por indigno entendemos justamente esse amante popular, ou pandêmio, que prefere o amor do corpo ao amor da alma, e não é constante, por não se constante o objeto a que se prende: logo ao passar a flor da juventude, objeto da sua paixão, evola-se e desaparece, renegando suas muitas promessas e discursos. Aquele que ama alguém pela beleza do seu caráter, esse permanece pela vida fora, porque sua afeição se une com o que é constante. São esses nossos costumes que precisam ser colocados à

prova, para averiguar com justeza aqueles a quem se deve conceder afeição e aqueles a quem se deve recusá-la. E com este fito se recomenda a uns que persigam e a outros que se defendam, a fim de ajuizar, nesta competição, a qual das duas categorias pertencem tanto o *erastês* como o *erômenos* (PLATÃO, *O Banquete*, 183d-e; 184 a).

Examinamos, dessa forma, que a *philia* ao apoiar o liame entre os companheiros (amado/amante), sustentava, por sua vez, a agregação, a coesão, a concórdia, a paz e a ordem entre iguais ou dos que pretendiam, futuramente, ser iguais. Com isso, “a *philia* seria como uma força de socialização, de integração do *erômenos* no grupo, já que o estreitamento de laços com o indivíduo de mais idade contribuía, igualmente, para a educação do jovem” (REIS, 2002, p. 80). Logo, afirmarmos que para Platão a amizade originada do *eros* homoerótico estava essencialmente ligada à relação entre *erastês* e *erômenos*, devido ao fato dos amantes dignos e honrados valorizarem, acima de tudo, a amizade e não somente os belos corpos, o que contribuía para tornar essa relação duradoura e recíproca.

Notamos ainda em Xenofonte a valorização da amizade na relação entre *erastês* e *erômenos*, quando diz que “sem amizade (*phílias*) nenhuma relação vale a pena” (*Banquete*, VIII, 13). Afirma, além disso, que a relação entre os companheiros se dava pela afeição entre eles, tanto pelos belos corpos, quanto pelas belas almas. Contudo, com o passar dos anos e o amadurecer do rapaz, se fazia mais digna a afeição somente das belas almas. Ao colocar a *philia* como elemento fundamental na relação homoerótica entre *erastês* e *erômenos* apenas procurava valorizá-la, torná-la digna, honrada e virtuosa – o que não significava que deveria ser menos prazerosa – para, assim, ser valorizada pela *pólis*, ao mesmo tempo em que criava laços de igualdade entre os cidadãos.

Na compreensão de Reis, os valores vigentes no interior da sociedade democrático-ateniense pressupunham a contradição entre a liberdade (*eleutheria*) de conduta de um cidadão e a igualdade (*isonomia*) de direitos perante a lei de outro cidadão. A liberdade do *erômenos* antes de concluir sua formação colocaria em perigo as regras sociais, a igualdade de direitos de todos os cidadãos. Para ultrapassar tal contradição “que punha em risco a ordem social e a desestruturação da sociedade, formulou-se, então, o preceito *sophrosýne*” (autocontrole, comedimento, justa medida). Dessa forma, a liberdade deveria ser comedida, moderada para trazer paz e equilíbrio na sociedade, ou para o interior do próprio grupo ao qual o jovem fazia parte. Para a autora, é nesse sentido que os valores relativos ao homoerotismo na *pólis* ateniense do período clássico se aproximavam do valor da *sophrosýne*, para “criar lealdade a (*sic*) autoridade aristocrática com base em valores que se pretendiam *isonômicos*, na medida em que se criava laços de igualdade entre os iguais” (REIS, 2002, p. 85).

A preocupação de Platão e Xenofonte ao inserirem na relação homoerótica entre *erastês* e *erômenos* a noção de *philia* demonstrava que a relação entre os parceiros não poderia existir exclusivamente para atender aos desejos dos amantes pelos rapazes, devido ao fato de ser passageiro e sem valor, o que mostrava que não existia uma afeição verdadeira pelo jovem. A relação que se baseava somente no amor pelos corpos acabava quando o desejo terminava.

Porquanto, a *philia* aparece euforizada no relacionamento homoerótico por Platão e Xenofonte somente quando relacionada ao *eros* chamado celestial¹. Sem dúvida, podemos

¹ *Eros* celestial seria o que chamamos de amor espiritual, o amor relacionado à alma e não ao corpo. O amor celestial nasce da Afrodite Urânia, ou, como a designa Platão, Celeste (*Aphrodite Ourhanian*), conhecida como a deusa do amor puro: “(...) Quanto ao amor da deusa celeste, ela não participa do sexo feminino mas

afirmar que existia uma distinção entre uma espécie de *eros* carnal e outro *eros* celestial (espiritual) que se caracterizava por uma verdadeira afeição entre os companheiros. Entretanto, como assegura a autora, devemos lembrar que Platão nos apresenta uma visão idealizada das práticas de seu tempo. Platão com sua teoria do “mundo das ideias”, em que, um dos pressupostos básicos refere-se à idealização dos objetos corpóreos, físicos e materiais, entendia tudo o que se fundamentava em aspectos sensíveis, ou seja, concretos, como sendo oposto ao “mundo ideal”, isto é, como sendo corruptíveis, passageiros e falsos, e, portanto, como não sendo dignos de serem apreciados e buscados.

Xenofonte, por sua vez, desenvolveu o seu ideal de perfeita *kalokagathia*, ou seja, seu ideal de virtude, dignidade, virilidade, integridade e honra de caráter, sempre baseado na perspectiva dos valores e da tradição aristocrática, que contrapunha o grupo dos *aristoi*, naturalmente superiores, aos homens comuns. Daí se entevem a oposição entre “democracia *versus* aristocracia”, uma vez que a democracia abria espaço para a participação política dos que eram incapazes para tal.

Calame infere que a relação de *homophilia*, entendida em sua função propedêutica, que se manifestava em uma inversão de tipo iniciático, apresentava no início do período clássico uma assimetria que não deve ser interpretada em termos de papel ativo (ateniense adulto) e passivo (jovem ateniense). Nem a transformação ativa exigida ao jovem, nem, tampouco, a posição adotada pelo adolescente em seu contato sexual com o ateniense já formado, permitem chegar a tal conclusão. De acordo com o historiador, para os atenienses da época clássica a passividade e sua reprovação afetavam, essencialmente, o homoerotismo estável do afeminado. Por outro lado, embora os papéis designados a cada sexo na idade adulta fossem claramente distintos e definissem gêneros separados, a similitude dos processos que conduziam a cada um deles impedia a assimetria constitutiva desses processos da diferença entre os sexos (CALAME, 2002, p. 104).

Verificamos, assim, que a *philia* não era determinada pela reciprocidade assimétrica de direitos e deveres, de obrigações de tipo hierárquicas, ela denotava uma relação entre iguais, que subentendia uma simetria entre os parceiros. Contudo, no momento em que a relação se compunha apenas pelo desejo físico era seguida pela diminuição do *status* do objeto de desejo. O rapaz quando se sujeitava aos desejos, caprichos e vontades de seu amante, desempenhava um papel passivo. Essa passividade era contrária aos valores próprios da Atenas democrática, pois o cidadão deveria exercer um papel ativo, em nenhum momento poderia rebaixar-se a outro homem.

Quando o *erômenos* vivenciava, experimentava com o *erastês* uma relação essencialmente física, ele era diminuído não só como homem, ao adotar uma postura considerada feminina, mas, também, como cidadão; pois sendo a democracia respaldada pelo princípio de *isonomia*, de igualdade perante a lei entre todos os cidadãos, ao sujeitar-se a outro cidadão, o rapaz diminuía a si mesmo a uma categoria semelhante a do escravo (*doulos*) e estrangeiro (*metoikos*). Podemos dizer, assim, que o rompimento das práticas sexuais significava (num plano ideal) que o *erômenos* foi capaz de superar uma fase anterior, marcada por assimetrias, e, com isso, atingiu uma nova posição na tessitura social, agora em pé de igualdade com relação a seu antigo *erastês*. Estabelecia-se um equilíbrio de forças, o que fazia com que a relação entrasse em sintonia com a idéia de equilíbrio, um

tão-só do masculino (e aí tem vocês o amor pelos jovens) e que além disso, por ser a mais antiga e venerável, não conhece os excessos. Em consequência, aqueles que são inspirados por este amor centram todo o seu interesse no sexo masculino, afeiçoados, como são, ao que é por natureza mais viril e dotado de inteligência”. (PLATÃO, *O Banquete*, 181- c-d).

dos princípios mais difundidos e buscados no interior da sociedade ateniense clássica. Verificamos nessas práticas a expressão social e histórica que figuravam como elemento de identidade de grupos sóciopolíticos; e tais práticas faziam do banquete um lugar para a formação dos cidadãos e um lugar de expressão dos conflitos políticos e de transgressões da ordem democrática vigente.

Referências

Documentação textual

Platon, “Le Banquet”. (1941). *Platon oeuvres complètes*. Tome IV. Paris: Les Belles Lettres.

JENOFONTE. “Banquete”. (1946). *Obras completas de Jenofonte*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Bibliografia sobre o tema:

CALAME, Claude. 2002. *L' éros dans la Grèce antique*. Paris: Belin.

PIZZOLATO, Luigi. 1993. *L'idea di amicizia nel mondo antico classico e cristiano*. Torino: Giulio Einaudi.

REIS, Rachel Correia Lima. 2002. *Erastés, erómenos e os aristocratas atenienses*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: IFCS.

SHAPIRO, H.A. 1992. “Eros in love: pederasty and pornography in Greece”. *Pornography and representation in Greece & Rome*. New York/Oxford: Oxford University Press, p.53-72.

SUTTON Jr., Robert. 1992. “Pornography and persuasion on attic pottery”. *Pornography and representation in Greece & Rome*. New York/Oxford: Oxford University Press, p.03-35.

THEML, Neyde. 2005. “Direito e Amizade”. *Revista Justiça e História*. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Memória do Judiciário gaúcho, vol 02, n. 03, p. 01-13.

_____. 1995. “As relações e representações da *philia* em Atenas no Vº século a.C.” *Representações da Antigüidade*. III Congresso Nacional de Estudos Clássicos – IX Reunião da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Rio de Janeiro: UFRJ.